

O ANTROPÓLOGO COMO “ESPIÃO”: DAS ACUSAÇÕES PÚBLICAS À CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS NATIVAS

Diego Zenobi

Antropólogos e espões no trabalho de campo

As múltiplas causas que podem levar um antropólogo a ser acusado de “espião” ou de “infiltrado” são irreduzíveis a um único fator e devem ser contextualizadas e enquadradas em cada situação particular. De todo modo, é pertinente indagar-se se elas mantêm algum tipo de relação com certas práticas características de nossa disciplina. Refiro-me, concretamente, à necessidade de estabelecer relações sociais no seio dos grupos que desejamos estudar, requisito para o desenvolvimento de um trabalho de campo sistemático e para a produção de conhecimento antropológico sobre a vida em sociedade.

A construção sistemática dessas relações com o objetivo de conhecer o mundo social edificado por “nossos” nativos costuma ser conflitiva, e as acusações de sermos espões ou infiltrados recaem frequentemente sobre nós (Nader 1988; Wax 1971). Isto se deve ao fato de, em certas circunstâncias, nós, antropólogos, sermos considerados sujeitos perigosos, capazes de infligir algum dano às populações locais com as quais trabalhamos. Normalmente, as suspeitas e as acusações sobre nosso trabalho costumam estar relacionadas ao uso que poderíamos fazer do conhecimento construído a partir do trabalho de campo desenvolvido nessas comunidades. Desse modo, elas expressam a preocupação com a relação que este saber irá ter com as pessoas que o tornaram possível ao receberem o pesquisador e ao participarem de sua pesquisa.

As preocupações mencionadas foram expressas por meio de diversos conflitos e tensões com uma longa história no interior de nosso campo disciplinar. Talvez a pedra fundamental tenha sido a denúncia pública realizada por Boas por meio da carta intitulada “Scientists as spies”, enviada ao jornal *The Nation* em outubro de 1919. Nesta carta denunciava a participação de antropólogos norte-americanos na Primeira Guerra Mundial, assinalando

que estes acadêmicos "prostituíram a ciência, ao utilizá-la para encobrir suas atividades como espiões" (Boas *apud* Gonzales 2004:24). Como se sabe, dez dias após o ocorrido, a American Anthropological Association (AAA) censurou Boas e o exonerou do cargo que ocupava em seu comitê executivo. O clima de patriotismo reinante não tolerava as expressões de um imigrante alemão, pacifista e de origem judaica (Stocking 1976).

Paradoxalmente, algumas décadas mais tarde, no contexto da denominada Segunda Guerra Mundial, figuras representativas da antropologia boasiana como Margaret Mead, Ruth Benedict, Clyde Kluckhohn e Ralph Linton consideraram positivamente o fato de se envolverem no conflito bélico na condição de antropólogos. Por meio do estudo sistemático da "cultura nacional" norte-americana pretendiam colaborar para manter em alta o moral nacional durante o enfrentamento armado.

Ao mesmo tempo em que estudavam sua própria sociedade, os principais expoentes da escola americana de "cultura e personalidade" dedicavam-se a estudar o "caráter nacional" dos países "inimigos" (cf. Benedict 1989). Certas agências estatais orientadas para fins militares como a Office of War Information e a Office of Naval Research, bem como a agência de inteligência Office of Strategic Studies (antecessora da CIA), financiavam esses projetos de pesquisa (Goldman & Neiburg 1998). No entanto, as produções antropológicas realizadas nesses contextos não somente eram utilizadas como informes com fins militares, como também eram avaliadas segundo critérios acadêmicos, sendo apresentadas em congressos e publicadas como artigos em revistas especializadas.

Desse modo, nos anos anteriores à Guerra e durante ela, a antropologia apresentava-se como uma disciplina "acadêmica", que tornava possível a resolução de problemas "práticos". É nesse contexto que devem ser compreendidas as relações entre o campo político e os processos de legitimação social desse campo de conhecimento particular (Goldman & Neiburg 1998).

Algumas décadas mais tarde, durante a época da chamada Guerra Fria, o governo norte-americano propôs-se a financiar projetos em diferentes partes do mundo, invocando a promoção do desenvolvimento econômico regional, a segurança nacional e a luta contra a "insurgência". Tais projetos, como o "Plano Camelot" na América Latina (Berreman 1968; Galtung 1968; Horowitz 1967), o "Projeto Agile" na Tailândia (Gough 1973; Wolf & Jorgensen 1970) e o "Projeto Phoenix" no Vietnã (Gonzales 2009), contaram com importantes fontes de financiamento que promoveram o desenvolvimento institucional e acadêmico da antropologia norte-americana (Price 2003; Wax 2008). Apesar disto, tais projetos foram denunciados por alguns antropólogos como uma tentativa de utilizar procedimentos e saberes acadêmicos com

objetivos militares e de inteligência. Mobilizado por estas inquietações, o comitê de ética da AAA, que iniciara seus trabalhos em 1969, manifestou repúdio explícito a que os antropólogos integrassem tais pesquisas.

Nos últimos anos, tais preocupações foram revividas na academia norte-americana. Apesar de os debates terem sido atualizados a partir da apresentação do denominado Projeto Minerva,¹ o ponto culminante das discussões deu-se por ocasião da publicação do manual "FM-324" (2007). Este manual de campo destinava-se às tropas ocupadas com operações de contrainsurgência nos territórios invadidos do Iraque e do Afeganistão. O documento ressaltava a importância do "cultural knowledge" para a eficácia da ocupação militar (Gonzales 2007:7). Com o mesmo objetivo, o exército norte-americano impulsionou a criação do programa Human Terrain System por intermédio de sua agência Training and Doctrine Command.² O programa em questão promovia a participação de antropólogos nas brigadas de ocupação territorial, com o objetivo de produzir conhecimentos sobre os costumes, valores e perspectivas das sociedades ocupadas. Enfatizava-se, portanto, a necessidade de estabelecer relações sociais concretas no campo, voltadas para o conhecimento do ponto de vista nativo sobre seu próprio mundo social e para a atuação sobre o mesmo. Neste caso, uma vez mais a AAA opôs-se à participação dos antropólogos. A associação considerou que tal participação violava o princípio presente em seu Código de Ética, que estabelece a obrigação por parte dos antropólogos de não produzirem dano aos grupos que estudam.³

Naqueles debates, os "cultural advisors" — termo pelo qual são identificados os profissionais que participaram das brigadas de ocupação — foram acusados por outros colegas de realizarem tarefas de "espionagem". A preocupação que orientava tais acusações era a seguinte: se o antropólogo produz conhecimentos por meio da relação que estabelece com seus informantes, e esse conhecimento é utilizado contra as próprias pessoas entre as quais ele realizou seu trabalho de campo, seu trabalho não parece ser, de fato, o de um espião (cf. Gledhill 2008)? Neste artigo, interessa-me ressaltar que, no âmbito desta pergunta, está o fato de que, para a etnografia, a construção de relações sociais com os membros dos grupos que pretendemos conhecer torna-se central no momento de se produzir conhecimento antropológico sobre a vida social. Neste caso, a preocupação ganha sentido para aqueles que participam do debate como uma inquietação relativa à ética e aos limites de nosso trabalho.

Contudo, essa é somente uma faceta possível das acusações de espionagem. Fora das disputas que se dão no interior da academia, nós, antropólogos, costumamos ser objeto de acusações provenientes dos sujeitos com os quais

trabalhamos. De modo recorrente, supõe-se ser necessário estabelecer laços de simpatia com os informantes, já que é somente por meio do estabelecimento de relações de longa data baseadas na confiança que alguém pode coletar dados adequados (Bourgois 1995). Contudo, creio que em nossa tentativa de desenvolver um trabalho de campo sistemático, as relações que estabelecemos com os atores sociais podem ser construídas — de um lado e de outro — com base na desconfiança, na dúvida e na suspeita. Seguindo esta ideia, entendo que a dificuldade ou a impossibilidade de estabelecer relações harmoniosas e baseadas na confiança pode se mostrar estimulante para a indagação etnográfica das percepções que os atores têm de seu próprio mundo social.

Neste trabalho, proponho-me a analisar dois episódios que ocorreram enquanto eu realizava trabalho de campo para minha tese de doutorado. O mesmo foi levado a cabo entre familiares das vítimas de um incêndio ocorrido em um show de rock, em 2004, na cidade de Buenos Aires. Na ocasião, morreram 194 jovens com idade média de 20 anos. O incêndio foi produzido pelo impacto de um fogo de artifício no revestimento acústico altamente inflamável do teto do local. Em duas ocasiões ao longo de minha estada entre os familiares foi levantada publicamente a possibilidade de que eu estivesse espionando as ações e os debates dos quais eram protagonistas. O fato de ser considerado um possível *infiltrado*⁴ sublinhou minha capacidade potencial de produzir dano ao grupo, ao traficar e utilizar maliciosamente a informação à qual eu tinha acesso e que produzia em meu trabalho de campo. Se o pesquisador avaliar em termos pessoais, este tipo de situação poderia ser qualificada como "angustiante", "antipática", "negativa" etc. Trata-se de experiências que se apresentam como alterações ou rupturas em relação à rotina de campo estabelecida na investigação. Contudo, creio ser possível transformar estes episódios, aparentemente anedóticos e pessoais, em instâncias de conhecimento.

Diferentemente do naturalismo (Hammersley 1984), uma postura reflexiva supõe que esse tipo de episódio deve ser visto antes como instância a ser problematizada do que como obstáculo à pesquisa: "[...] a transgressão (o que chamamos de erros ou tropeços) é [...] um meio adequado para problematizar distintos ângulos da conduta social e avaliar seu significado no cotidiano dos nativos" (Guber 2001:66). Partindo desse princípio, proponho, então, analisar duas questões. Na primeira parte deste trabalho, interessa-me compreender alguns dos sentidos implicados nas figuras de *sobrevivente* e de *infiltrado* da perspectiva dos familiares. Com esse objetivo, apontarei — sem nelas me deter — algumas questões relativas ao processo de creditação de sua condição de *vítimas* diante de certas agências do Estado na

cidade de Buenos Aires. Inspirado em algumas ideias surgidas no campo das análises sobre acusações de bruxaria (Douglas 1970; Evans-Pritchard 1976; Gluckman 1972, 1973; Hermitte 2004; McFarlane 1970; Strathern 2008), sugiro que as acusações lançadas contra a minha pessoa devem ser compreendidas em relação aos sentidos e tensões existentes no interior do grupo estudado. Em segundo lugar, e de modo complementar, proponho-me a ressituar na análise meu papel como antropólogo. Isto se deve ao fato de eu entender que as acusações de espionagem das quais fui vítima vinculam-se tanto aos sentidos que os atores conferem às categorias disponíveis no campo quanto a meu lugar no mesmo. Como veremos, de modo análogo ao caso dos debates sobre antropologia e espionagem mencionados, no centro das acusações estava presente a inquietação quanto ao destino e ao uso que eu faria do conhecimento produzido no trabalho de campo. No final deste artigo, sugerirei que, apesar de em um dos casos terem sido os antropólogos que se preocuparam com esta questão e no outro os nativos, ambos os tipos de acusações têm seu fundamento no modo como se produz conhecimento em antropologia social, ao se estabelecerem relações pessoais com os atores cujo mundo social procuramos compreender.

Observar/participar: sobre a tensão da primeira acusação

O *movimento Cromañón* (também denominado *família Cromañón*) é integrado pelos pais das vítimas fatais e pelos sobreviventes do incêndio. Tal conjunto foi sendo conformado simultaneamente às mobilizações públicas realizadas todo dia 30 de cada mês, com o objetivo de pedir *justiça e prisão* para os considerados responsáveis pela tragédia. Durante o primeiro ano de solicitações e manifestações públicas, o *movimento* encarregou-se de exigir publicamente o julgamento político ("impeachment") do ex-chefe de governo da cidade, Aníbal Ibarra, por considerá-lo responsável político pela *corrupção* que, segundo assinalam, tornou possível a falta de controle que garantisse a segurança do público presente ao show. Um ano e meio após o incêndio, Ibarra foi finalmente destituído, por ocasião do que foi considerada pelos familiares uma intensa *luta política*. Em agosto de 2009, por sua vez, foram condenados aqueles que estavam sendo processados na causa judicial: o dono do local e o empresário da banda de rock que tocava naquela noite foram condenados a 20 anos de prisão; os músicos, policiais e funcionários municipais foram absolvidos.

No *movimento Cromañón* há quatro grupos diferentes integrados pelos pais e mães dos falecidos, que se reuniram de acordo com suas afinidades

pessoais e políticas. Trata-se da "Asociación de padres con hijos asesinados en Cromañón" (APHAC), "Memoria y Justicia por nuestros pibes" (MyJ), "Familias por la vida" (FpV) e "Nunca más Cromañón" (NMC).

Meu trabalho de campo, realizado entre 2006 e 2008, centrou-se neste último grupo. O NMC é composto por cerca de 50 pais e mães de vítimas que se consideram *familiares diretos*, ou seja, membros da família nuclear do falecido. Os membros do grupo são, em sua maioria, profissionais da classe média (advogados, comerciantes, funcionários administrativos, arquitetos, médicos etc.). De modo distinto, os parentes dos falecidos vinculados aos outros três grupos são de origem popular. Por outro lado, desses grupos também participam sobreviventes do incêndio e seus pais, bem como pessoas que não são reconhecidas como *vítimas*: militantes políticos ou psicólogos sociais que *acompanham* a mobilização e têm uma postura ativa nas discussões e debates que ocorrem no interior dos grupos.

Os membros do NMC reúnem-se semanalmente com o objetivo de organizar as manifestações públicas nas quais se vinculam ao restante dos grupos do *movimento*. As reuniões são realizadas em um salão fornecido por uma organização católica, localizado no centro de Buenos Aires. Quem conseguiu o salão foi Pablo, *pai* e também advogado da maior parte dos familiares dos falecidos. Além do fato de ser um profissional do Direito, os membros do NMC veem nele um pai que *sabe de política*. Isto se deve ao fato de Pablo ter militado durante mais de 20 anos no Partido Justicialista. Tendo em conta a relevância que este tipo de conhecimento adquire no contexto de uma luta considerada *judicial* e ao mesmo tempo *política*, Pablo construiu certa reputação e tornou-se a referência central do NMC. Ele orienta e conduz as reuniões semanais, nas quais os membros do grupo se informam a respeito da situação da causa judicial penal e debatem os caminhos a serem seguidos em relação às atividades públicas de protesto.

Minha chegada ao NMC deu-se por intermédio de Juan, tio de Luciano, jovem falecido no incêndio. Na condição de *tio*, ele é o único membro do grupo que, apesar de ser parente de um falecido, não é um familiar *direto*. A família de Juan conta com uma trajetória militante que se estende por quatro gerações. Seu pai, sua mãe e seu avô ocuparam cargos de primeiro nível na direção do Partido Comunista argentino a partir da década de 1950. Assim como seus pais, Juan e seu irmão conheceram as respectivas esposas no contexto da militância política. Sonia, ex-esposa de um deles, é a mãe de Luciano e porta-voz do grupo MyJ.

Em minha primeira visita ao NMC, deparei-me com um amplo salão no qual estavam pendurados dois quadros de João Paulo II e algumas bandeiras com as cores do Vaticano. Ali estavam reunidos cerca de trinta

familiares. Uma vez ali, Juan me apresentou a Pablo. Naquela ocasião — sem me apresentar ao restante do grupo — Pablo me autorizou a assistir às reuniões, assegurando que “não há nenhum problema. Pode vir quando quiser”. Apesar dessa “bênção”, eu não me sentia confortável com o fato de Juan não ter me apresentado ao restante do grupo. De todo modo, e supondo que ele devia ter bons motivos para considerar ser este o modo correto de me introduzir em seu mundo, decidi respeitar sua decisão e não me apresentar publicamente.

Desse modo, comecei a participar e a tomar notas em meu caderno de campo das conversas e trocas que os presentes às reuniões estabeleciam entre si. Na segunda ocasião em que assisti à reunião grupal, ocorreu algo inesperado que me alertou para as dificuldades que eu iria enfrentar nas demais visitas. Enquanto eu tomava notas, um dos pais que nitidamente estivera estado atento a meus movimentos disse, apontando para mim: “Desculpem a minha ignorância... mas... este garoto... É um sobrevivente? É o quê? Porque vejo que ele [toma notas].” Ao mesmo tempo em que chamava a atenção publicamente para minha pessoa, Mario — este era seu nome — fazia com a mão um gesto representando o ato de escrever. Como seria de se esperar, parei de anotar, imediatamente, e guardei meu caderno. Por meio da gestualidade à qual apelava, Mario demonstrava sua preocupação com o fato de que eu estivesse registrando o que se falava na reunião. Para ele, parecia estranho, tal como confessou mais tarde, ver-me escrevendo constantemente.

Enquanto a “[...] participação joga a ênfase sobre a experiência vivida pelo pesquisador, o ‘estar dentro’ da sociedade estudada [...], a observação localizaria o pesquisador fora da sociedade para elaborar um registro detalhado do que vê e escuta” (Guber 2001:57). Minha atitude nas primeiras reuniões evidenciava que esta tensão entre observar e participar, inerente à “observação participante”, era irremediavelmente definida a favor do primeiro dos elementos da série. Isto se devia a um princípio que guiava minhas ações e que eu considerava um cuidado no sentido de manter-me à distância dos “meus” nativos: eu não devia me comportar como uma *vítima*, nem como alguém que *acompanha*, mas antes como um pesquisador que queria conhecer o mundo construído pelos familiares. Ao mesmo tempo, considerava que meu silêncio seria interpretado como uma demonstração de respeito para com a sua *dor*, ao não me intrometer em seus assuntos. Por isso, eu havia prestado bastante atenção, até então, para não ter atitudes que eu acreditava reservadas às *vítimas*, tais como participar dos debates e expressar publicamente minhas opiniões pessoais. No entanto, esta era justamente uma das questões que chamava a atenção de Mario. À novidade

de meu rosto somava-se minha obsessão por registrar tudo: o resultado desta somatória era que a minha conduta aparecia como a de alguém "de fora", preocupado somente em registrar tudo o que era dito e não em participar da dinâmica grupal. Na minha tentativa de me aproximar dos familiares com o objetivo de produzir algum tipo de conhecimento sobre o seu próprio cotidiano, as coisas não saíam como eu esperava. A dúvida exposta revelava-se uma suspeita: se eu era um sobrevivente, por que me comportava como alguém "de fora", preocupado somente em registrar tudo o que acontecia na reunião? Se eu não o era, o que fazia ali, tomando notas? Qual era o objetivo da minha participação no grupo?

Contudo, a pergunta que Mario tinha feito não era dirigida a mim, e sim a Pablo, que coordenava a reunião. Levando as mãos ao rosto e com um gesto que expressava dúvida, ele lhe respondeu que eu era jornalista. Tentando salvar a situação, Juan, meu "guardião", repreendeu Mario, afirmando que ele sempre gerava situações dramáticas e promovia confusões. Numa tentativa de dissipar a tensão surgida entre ambos, decidi intervir. Tendo em conta que era a segunda reunião a que assistia, o fiz de um modo tímido e temeroso. Da minha cadeira, sem me levantar, eu disse: "Não, desculpa, sou estudante da UBA e amigo de Celeste, filha de Juan. Estou estudando como se organizam os familiares dos meninos." Juan interveio a meu favor, dizendo que há meses eu vinha acompanhando as passeatas e atividades e que, portanto, tal como os militantes políticos e os psicólogos sociais, *acompanhava* os parentes dos mortos no incêndio. Apesar disso, contrariamente ao que eu esperava, a explicação sobre a minha presença na reunião teve um efeito que complexificou ainda mais as coisas. Assim, a intervenção seguinte fez aumentar ainda mais a tensão, ao mesmo tempo em que me situou em um lugar ainda mais incômodo. Alberto, outro *pai*, afirmou em voz alta e entre risos: "É estudante da UBA e tem uma bolsa Ibarra!"

Por meio desse comentário, ele expressava com humor minha possível ligação com Aníbal Ibarra, ex-chefe de governo de Buenos Aires, que os familiares consideraram o responsável penal e político pela morte de seus filhos. Neste momento, todos riram, e eu me juntei, ainda que de um modo um tanto nervoso, aos risos generalizados. Como um modo ritualizado de assinalar o papel indeterminado que a minha presença ali tinha para alguns, as suspeitas eram expressas por meio de tiradas humorísticas que implicavam certa hostilidade (Lloyd-Peters 1972; Radcliffe-Brown 1974). Quando da intervenção de Alberto, Pablo mudou o tema da conversa, diminuindo a importância do ocorrido, e a reunião seguiu seu curso habitual.

Em meu comparecimento às reuniões, minhas atitudes haviam chamado a atenção daqueles que me apontaram. Meus acusadores esperavam

uma maior exposição de minha parte, algum tipo de declaração pública que lhes permitesse explicar minha presença na reunião do NMC, mas eu respondia com silêncio e anotações em meu caderno de campo. Ao mesmo tempo, enquanto eu percebia tal atitude como uma forma de não alterar a dinâmica "natural" da reunião com minhas opiniões, eles pretendiam ouvir alguma manifestação de minha parte que lhes fornecesse alguma pista sobre a minha pessoa. Algum sinal de meu compromisso com a sua *luta*, talvez. A inquietação sobre o meu comportamento tomou a forma de uma acusação pública que deixou aberta a possibilidade de que minhas ações fossem motivadas por intenções contrárias às do grupo, tal como expressavam as palavras de Alberto. Pode-se ver, assim, que as sinalizações públicas das quais fui objeto expressaram a preocupação com uma conduta socialmente inadequada que merecia ser destacada. A acusação como um mecanismo de controle (Evans-Pritchard 1976; Hermitte 2004; McFarlane 1970) tornava visível a conduta de um sujeito — o antropólogo — que podia ser considerado "suspeito". Ao se assinalar publicamente meu lugar indeterminado no grupo, suas fronteiras eram redesenhadas.

Pelos motivos expostos, nas reuniões seguintes, considerei adequado tomar outros cuidados, com o objetivo de evitar um novo momento desagradável. Comecei a falar com maior desenvoltura com todos os pais e tentei explicar a eles o motivo da minha presença no grupo. Em cada ocasião em que pude fazê-lo, manifestei igualmente meu compromisso com a *luta* e minha convicção pessoal de que os responsáveis pela morte de seus filhos deveriam ser condenados. Com a mesma intenção, por ocasião das passeatas do dia 30 de cada mês, mostrei-me em franca interação com membros de outros grupos, como o FpV e o MyJ, cuja porta-voz é a cunhada de Juan. Com as minhas intervenções, eu pretendia deixar claro para o maior número possível de membros da *Família Cromañón* que, como antropólogo, minha intenção era estudar o mundo dos familiares. Em vez de resguardar minha posição no campo, eu a expunha. Como se pode ver, estas ações eram orientadas de modo oposto ao que eu havia considerado adequado até aquele momento. À la Malinowski, eu agora considerava que, com o passar do tempo e como consequência de meu novo comportamento, os membros do NMC haviam perdido o interesse por mim e "deixado de se interessar, de se alarmar ou de se autocontrolar diante da minha presença" (Malinowski 1975:25). Deste modo, eu relacionava a acusação sofrida ao fato de que o grupo tivesse se alterado em minhas primeiras visitas somente porque alguém novo havia chegado, um estranho entre eles que não havia transmitido os sinais adequados do compromisso com a *luta* e que havia privilegiado manter-se distante. Com o passar dos meses, eu acreditava que os membros do grupo

vivenciavam o processo de "me considerar como parte integrante da vida, um incômodo ou mal necessário..." (ibidem). No entanto, estas suposições chocariam-se novamente com as suspeitas de alguns pais que trataram de assinalar publicamente meu potencial "perigo". Finalmente, a ilusão de invisibilidade revelar-se-ia fantasiosa.

Segunda acusação: os *infiltrados* e o tráfico de informação

Algumas reuniões após aquela em que fui acusado, os membros do NMC propuseram ao restante dos grupos a criação de uma *Assembleia de familiares*. Sua ideia era que dela pudessem participar os pais *desmobilizados*, que não eram membros de nenhum grupo. Para conseguir que se aproximassem da participação na *luta* acreditavam ser preciso manter afastados da assembleia os militantes de partidos políticos de esquerda que *acompanham* a demanda. Do seu ponto de vista, eles têm *interesses políticos* distintos dos que deveria ter um familiar em busca de *justiça*. Esta iniciativa funcionou durante alguns meses com uma média de um encontro por mês. No entanto, durante a realização da quarta assembleia, ocorreu algo inesperado. Por ocasião de uma importante discussão que teve como eixo uma disputa sobre os modos considerados adequados para manifestar-se publicamente nas passeatas organizadas (Zenobi 2010a), a *família Cromañón* dividiu-se em duas. De um lado ficaram os mentores da assembleia — os membros do NMC, com Pablo na linha de frente —, e do outro o restante dos grupos que haviam decidido abandoná-la. Segundo as palavras de Pablo, a ruptura da assembleia havia sido promovida por Sonia, a cunhada de Juan. Para ele, tratava-se de uma conduta *politizada* que buscava a divisão do *movimento*. Para apoiar a sua tese, recordou o fato de que Sonia *sabe de política*, pois conta com uma trajetória como membro do Partido Comunista em sua juventude e é militante da "Associação Mães da Praça de Maio" na atualidade. Esta tese foi apoiada por Andrés, um *pai* que com frequência costuma se manifestar contra a *politização da luta*. Contudo, Juan interveio, assinalando que a atitude de Sonia não devia ser explicada como uma questão *política*, e sim por seu caráter psicológico: disse tratar-se de uma mulher *louca e irracional*.

No contexto desse debate, quatro meses após a primeira acusação foi a vez da segunda. Desta vez, o episódio tomou outra forma. Em meio à discussão sobre o caminho a ser seguido após a ruptura do *movimento*, Andrés disse, apontando para mim: "Eu sei que algumas questões sobre as quais falamos neste grupo chegaram a ser conhecidas pelos outros grupos. Ainda que possa ter sido por meio de outra pessoa, eu queria saber qual é a posição

do garoto diante de tudo isso... porque aqui somos todos familiares e ele é o único não familiar." Juan, sentado diante de mim, virou-se bruscamente e olhando-o, fora de si, afirmou: "Mas isto já foi discutido! Não pode ser!" Dirigindo-se a todo o grupo e sem olhar para Juan, Andrés piorou ainda mais as coisas ao dizer: "Disseram-me que é amigo de Celeste, filha de Juan." Evidentemente, para Andrés, essa referência sobre a minha pessoa não era suficiente. Em meio a um debate bastante tenso, as suspeitas sobre a minha atividade no NMC cristalizaram-se nessa acusação pública. Imediatamente após essa intervenção, Juan levantou-se da cadeira, pegou sua bolsa e se retirou da reunião, dando mostras de indignação. Os membros do grupo começaram a falar entre si e, em meio a essa confusão, eu me pus de pé. Alguns vociferavam: "Deixem-no falar!", exigindo o "direito de defesa".⁵

Com a voz entrecortada, mas com mais conhecimento do campo e de como atuar no mesmo, decidi intervir. Minhas palavras começaram do seguinte modo: "Meu nome é Diego. Sou antropólogo e estudante de pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Letras." Desta vez, ao longo de muitos minutos e não somente com uma simples frase, expliquei que estava estudando "como se organizam os familiares dos 'meninos'", que sou bolsista do CONICET etc. Tentei transmitir-lhes a importância que conferia ao fato de me deixarem participar dessas reuniões. Expliquei que, devido ao caráter do meu trabalho, em certas ocasiões, devia conversar com pais, sobreviventes e militantes políticos de outros grupos com os quais não tinham boa relação. Também expus uma vez mais minha posição política pessoal: eu queria, assim como eles, *justiça para os meninos*. Para finalizar, optei por dar a eles a possibilidade de que, ao menos naquele dia, aceitassem a minha partida. A resposta foi unânime e enfática: não era necessário que eu deixasse a reunião. E, mais ainda, não iriam aceitá-lo. Em seguida à minha proposta, eram abundantes as expressões faciais que tentavam minimizar o ocorrido e os sinais que pretendiam reduzi-lo a uma má disposição de um pai um tanto deslocado. Várias pessoas exageravam suas expressões faciais e assinalavam: "Não vá... Não há necessidade disto. Sente-se..." Algumas mães intervieram em minha defesa dizendo que me conheciam há bastante tempo ou desde esse ou aquele evento e comentavam o quanto haviam sido agradáveis algumas conversas que tivéramos; outras deixavam claro que, efetivamente, sabiam o que significava a minha presença no grupo.

Se, no primeiro episódio, minha aparência juvenil pode ter estado na base das suspeitas sobre se eu era ou não um sobrevivente, agora a questão geracional não tinha o mesmo papel. Neste caso, diferentemente do anterior, Andrés agregou algo que viria confirmar minhas suposições e reforçar minhas questões de pesquisa. Dizia com insistência que sua observação sobre a mi-

na pessoa se devia ao fato de que era necessário esclarecer qual era o meu papel ali ou, ao menos, definir se eu era ou não um *infiltrado*: "Te explico, aqui teve gente infiltrada... por isso eu disse em público, para que fosse mais transparente..." Perto do final da reunião, eu me sentia o oposto do pesquisador que, com o tempo, deixa de ser "um elemento perturbador" (Malinowski 1975:60). Por outro lado, senti que todo o grupo tinha se comovido com o que eu suspeitava ser minha "invisível" e "inofensiva" presença e talvez ao longo de todos esses meses alguns me tivessem olhado com receio. As atitudes que haviam tomado por ocasião da primeira acusação com o objetivo de me expor com maior ênfase como um pesquisador no campo não estavam tendo o efeito desejado. Andrés suspeitava que eu estivesse entregando aos membros de outros grupos com os quais me haviam visto publicamente informações que ele considerava relevantes. Apesar de eu acreditar ter aprendido algo com o episódio anterior, esta nova situação voltava a me situar em um lugar de suspeita. Para aumentar minha impotência, como consequência desse episódio, a relação entre Juan e Andrés tinha ficado ainda mais tensa e talvez até mesmo deteriorado de vez — não tinha como saber naquele momento.

Na quarta-feira seguinte, cheguei pouco tempo antes do início da reunião. Na entrada do local, encontrei-me com Lila, uma das mães que havia insistido sobre meu "direito de defesa". Sem que eu falasse sobre o tema, ela o abordou por conta própria. Para Lila, o episódio da reunião anterior se devia a um desequilíbrio emocional de Andrés, produto da *dor*. Por esse motivo, dizia que eu não devia atribuir maior importância à acusação: "Há cada louco... o que vamos fazer, coitado..." eram as suas palavras. Um pouco depois, entrou na conversa Raúl, seu marido. Diferentemente do que pensava sua esposa, para ele a acusação tinha consistência e não era produto da falta de estabilidade emocional de Andrés. Por outro lado, a história da *família Cromañon* indicava que a presença de infiltrados era uma circunstância sempre possível: "Aqui houve infiltrados desde o princípio. Por isso Andrés te disse o que disse." Seu relato foi sustentado por Lila, que confirmou que nas primeiras reuniões do grupo um homem que dizia pertencer ao governo da cidade de Buenos Aires e oferecia subsídios a familiares e sobreviventes do incêndio foi identificado como um *infiltrado* e expulso das reuniões. As afirmações de Lila relembavam o comentário humorístico realizado por Alberto no primeiro episódio e indicavam que os *infiltrados* eram para eles agentes vinculados ao Estado que pretendiam infligir algum tipo de dano à comunidade.⁶ Para eles, a presença de infiltrados enviados pelo governo era parte natural da *luta política*. Essa presença podia ser explicada como uma tentativa por parte do Estado de obter informação com o objetivo de prejudicar o *movimento* que demandava *justiça*.

Estava claro que, em meu afã de estudar os modos de organização do grupo, eu tinha ingressado em um campo de relações sociais prévias e, de algum modo, minha pessoa social estava sendo avaliada em relação a elas. De um modo ou de outro, um lugar estava sendo atribuído a mim dentro dessa trama, segundo categorias que, para estes familiares, tinham um sentido e uma história particulares. Assim como Mead, que, ao longo de seu trabalho de campo em Samoa, não podia evitar se ver "prisioneira entre as redes da realeza" (1983), ao ser considerada um "taupou", eu me encontrava emaranhado nas redes que os atores sociais haviam tecido para si e das quais eu acreditava estar isento ao me imaginar "externo", "invisível", "inofensivo" etc. Meu lugar de observador estava sendo significado pelos atores sociais que atuavam a partir daí. Tal como se pode ver nesses episódios, longe de permanecer como uma realidade fechada em si mesma ou como um meio para obter informação, o trabalho de campo afeta as relações sociais analisadas e é por elas afetado. Sob tais circunstâncias, os pressupostos das correntes de corte epistemológico positivista que pretendem um pesquisador neutro, mero observador não conflitivo diante de uma realidade externa, tornam-se uma quimera.

O processo de creditação das *vítimas* e os *falsos sobreviventes*

Nos estudos inspirados em uma perspectiva processualista, as acusações de bruxaria são consideradas expressões de conflitos que excedem o marco das relações interpessoais. Tais acusações estão relacionadas com as contradições normativas e os conflitos internos do campo social em questão, que poderiam ser identificados por intermédio da análise desses processos acusatórios (Gluckman 1973, 1978; Turner 1996). Frequentemente, tais tensões profundas vinculam-se a pessoas cujo papel e posição social expressam uma indeterminação que se torna preocupante para os demais atores. Nesse sentido, tal como assinalou Gluckman em seu trabalho clássico sobre a lógica da bruxaria (1973), as acusações recaem habitualmente sobre certos tipos de pessoas e não sobre outros.⁷ Seguindo estas ideias, no presente trabalho pretendo dar conta dos motivos pelos quais no interior do *movimento* costumam ocorrer episódios acusatórios nos quais os familiares apontam determinados sujeitos como *falsos sobreviventes*. Ao fazê-lo, será possível compreender as causas do fato de que *sobrevivente* e *infiltrado* tenham sido as categorias por meio das quais as suspeitas sobre mim ganharam sentido. Sendo assim, por ocasião das acusações, eu me indagava se estes pais acreditavam que um *sobrevivente* poderia atuar como espião, com o objetivo de conseguir

informação somente acessível aos membros do NMC, mas a questão também poderia ser colocada de modo contrário. Um *infiltrado* poderia atuar e se fazer passar por um sobrevivente do incêndio? Com o objetivo de responder a esta pergunta, considero relevante inscrever as acusações em um contexto mais amplo que ultrapassa o marco das relações interpessoais estabelecidas entre mim e os familiares. Para tanto, vou introduzir uma breve descrição e a análise do processo de acreditação da condição de "vítima" diante de diversas agências estatais, do qual foram protagonistas os pais dos falecidos no incêndio e os sobreviventes do mesmo.

Por ocasião do incêndio, o Programa de Atenção Integral às Vítimas do 30 de dezembro de 2004⁸ ocupou-se em organizar as ações previstas para o socorro médico e psicológico a sobreviventes e familiares dos falecidos. Entre as ações do Programa estava incluído o pagamento do "Subsídio Único para as Vítimas do 30 de dezembro de 2004".⁹ Os fundamentos da criação deste subsídio assinalavam que a atribuição da ajuda econômica devia se destinar "àqueles que sofreram a perda de um familiar direto e aqueles que tenham padecido com problemas de saúde que poderiam ter relação direta com os fatos" (grifos meus). No primeiro dos casos, para que os pais dos falecidos se constituíssem como vítimas reconhecidas pelo Estado, o trâmite necessário requeria a certificação ante o Programa do vínculo com a vítima fatal. Isto se fazia mediante a apresentação de ampla documentação, como o Documento Nacional de Identidade, certidões de nascimento e de casamento. Do ponto de vista dos pais das jovens vítimas, os documentos mencionados ratificavam a relação filial concebida como "natural". Para eles, a mesma está fundada sobre um vínculo (biológico) que ultrapassa o Estado, do qual este último é somente um avalista.

Por sua vez, o modo como os sobreviventes do incêndio tiveram de demonstrar sua relação com o mesmo era diferente. Os requisitos para receber o "Subsídio Único", neste caso, eram os seguintes: "a) anexar o atestado médico de que o interessado se encontra em tratamento e seu diagnóstico; b) anexar o atestado de que se encontra em tratamento psiquiátrico ou psicológico e está impossibilitado de retornar e/ou continuar suas tarefas habituais."¹⁰ Como se pode ver, neste caso, era necessário apresentar uma declaração que comprovasse um estado de vulnerabilidade física ou psicológica. Tais atestados de cuidados médicos foram obtidos de dois modos diferentes: alguns foram entregues após a hospitalização na própria noite do incêndio, outros foram expedidos vários meses depois, quando a pessoa se incorporava às ações de socorro que integravam o Programa. Esses documentos também foram o critério determinante para demonstrar a condição de *sobrevivente* diante da Justiça Federal. Contar com um atestado que comprovasse o atendimento hospitalar na própria noite do incêndio era o primeiro passo para aqueles que

desejavam se constituir como "demandantes penais". A Justiça os aceitava como tais tendo em conta que "foram atendidos em distintos hospitais no dia do ocorrido, o que é suficiente, *por hora*, para demonstrar que estiveram na 'República Cromañon' e que, *por conta disto*, sofreram lesões" (grifos meus).¹¹ Ao longo do processo de acreditação, as agências estatais identificavam "um indivíduo como único e particular [...] com a finalidade de conceder direitos e exigir deveres" (Peirano 2002:37). Como parte do mesmo, estes certificados habilitavam aqueles que se apresentavam como *sobreviventes* a participar como tais dos diversos circuitos burocráticos.

Entretanto, mesmo que para o Estado municipal e para a Justiça Federal tais produções estatais tenham sido consideradas suficientes para referendar a condição de *sobrevivente*, nem todos os familiares das vítimas fatais pensam do mesmo modo. Boa parte deles acredita que muitas pessoas *imorais* e *inescrupulosas* receberam o socorro médico e psicológico com o único objetivo de conseguir o certificado que lhes permitiria receber o "Subsídio Único", sem terem estado no incêndio. Na *família Cromañon* são vários os casos de pessoas assinaladas como *falsos sobreviventes*.¹²

Segundo alguns membros do NMC, trata-se de pessoas que se feriram em eventos que nada têm a ver com o incêndio e que, após se aproximarem de algum hospital em busca de atendimento, relataram sua presença no mesmo. Simulando terem estado presentes ali e valendo-se de um atestado que certificaria sua condição de sobreviventes do incêndio, o acesso ao "Subsídio Único" estava assegurado. As dificuldades em determinar a condição "real" desses sobreviventes expressam-se na inquietação com o fato de que os "*sobreviventes podem inventar-se a si próprios*". Quando alguém é acusado de ser um falso sobrevivente, "a acusação apresenta-se como um modo de lidar com a indeterminação" (Gluckman 1972:152) expressa nessa suspeita.¹³

As suspeitas de que alguém possa simular ser um sobrevivente do incêndio se devem ao fato de esta categoria ser, para os membros do NMC, produto de uma construção burocrática frágil. Como acabo de assinalar, neste caso, encontramos-nos diante de certificados produzidos a partir dos relatos da experiência de ter "estado ali". Nesse processo, os certificados são separados da experiência das vítimas, e esta última é objetivada por meio da palavra especializada em um documento legal (Fassin & D'Halluin 2005). Tais documentos constituem-se no nexos causal entre uma pessoa e o incêndio, ao objetivar sua experiência daquela noite. Para tanto, eles não demonstram um vínculo preexistente entre uma pessoa e o evento, uma vez que são eles mesmos que o instituem ao objetivar a experiência narrada. Eles "são" o vínculo e o veículo de sua construção. É por esse motivo que, para os familiares, o atestado de socorro médico não certifica os sobreviventes

em face do Estado, mas antes os cria, ao dar origem ao vínculo entre eles e o incêndio por meio do relato. Ao mesmo tempo, representam o próprio caso de modo contrário. Enquanto o certificado de socorro médico e psicológico é considerado um produto *ex post facto*, causa e não consequência de "ter estado ali", o vínculo que mantêm com a vítima fatal é concebido como produto de uma relação filial "natural". Uma vez que a relação é representada como prévia e independente do documento que a legitima, a condição de *familiar*, de modo distinto da de *sobrevivente*, não é assumida como um resultado do processo de acreditação da condição de *vítima*.¹⁴ Isto explica o fato de que, diferentemente dos casos de *falsos sobreviventes*, eu nunca tenha escutado notícias de acusações a falsos familiares.

Considero que para compreender por que certos papéis podem ser atribuídos ao pesquisador é necessário abordar a problematização de certas categorias nativas disponíveis no campo de relações sociais estudado. Nesse sentido, se *sobrevivente* formou parte da acusação, talvez isto se devesse ao fato de alguns a considerarem uma categoria facilmente manipulável. Se alguns pais acreditavam que eu podia ser um infiltrado, pois bem, um infiltrado que quisesse causar dano ao grupo poderia muito bem ocultar suas (más) intenções fazendo-se passar por um sobrevivente do incêndio. Simulando ser uma vítima, teria as portas abertas para participar das atividades do NMC e da *família Cromañón*, ainda que seus objetivos fossem opostos aos dos familiares e que pretendesse causar algum tipo de dano a eles. Por este motivo, quando me relataram o caso de "Fito", um infiltrado que, com o objetivo de conquistar a simpatia dos parentes das vítimas, oferecia subsídios poucos dias após o incêndio, pareceu-me muito compreensível que este fosse apresentado como o caso do "*sobrevivente-infiltrado*".

Interessa-me ressaltar, assim, que, de modo similar ao que ocorre no caso das acusações de bruxaria, neste caso a acusação se assentou sobre questões inerentes à dinâmica social própria do campo à qual foi atribuída (Gluckman 1973; Strathern 2008). O modo particular como se configurou deveu-se em parte a questões que estão além das relações interpessoais que me vinculavam aos membros do NMC. Tal acusação estava relacionada às representações e valorações diferenciadas por parte dos familiares sobre as formas de acreditação burocrática das *vítimas*.

O antropólogo como produtor de conhecimento

Com o objetivo de reconstruir a perspectiva dos atores como construção teórica orientada pelo investigador, torna-se necessário estabelecer relações

e laços com os nativos. A importância de realizar trabalho de campo com esse fim deve-se ao fato de que "nenhum dado tem importância por si só a não ser no seio de uma situação como expressão de uma trama de relações que lhe dão sentido. Isto é: os dados são recolhidos no contexto porque é no contexto que se adquire significado" (Guber 2001:81). Desse modo, afirmar que o conhecimento gerado por meio do trabalho de campo é produto de "uma interação humana e não algo meramente 'extraído' dos informantes nativos" (Scheper-Hughes 1977:35) especifica que o mesmo é produto do estabelecimento de relações sociais e que, por esse motivo, sempre deve ser entendido no contexto local de sua produção, de suas idas e vindas, vaivéns e subentendidos.¹⁵ A necessidade de tecer laços com os sujeitos envolvidos nas relações sociais que se pretende estudar e o fato de frequentar seus espaços de sociabilidade conduzem ao estabelecimento de vínculos mais ou menos orgânicos com eles. Uma vez que o etnógrafo tenha pisado o solo nativo ao tentar estabelecer tais relações, fica enredado nas tensões, conflitos e dinâmicas próprias ao campo no qual desenvolverá sua atividade. As acusações públicas suscitadas no marco do trabalho de campo confirmam que o antropólogo é avaliado de acordo com as categorias disponíveis no campo, categorias cujo sentido deriva das relações e princípios que lhe são próprios.

Até aqui, sabemos que para alguns familiares *sobrevivente* parece ser — diferentemente de *familiar* — uma categoria que se pode forjar: certas pessoas que buscam uma vantagem pessoal podem dela se valer para receber o "Subsídio Único". O *infiltrado*, em troca, aparece como um agente vinculado a alguma agência estatal; seu objetivo é causar algum tipo de dano sobre o conjunto a partir da utilização maliciosa da informação de que dispõe. Por conta de ambos os motivos, um *infiltrado* poderia se fazer passar por um *sobrevivente*. Com o objetivo de compreender por que fui apontado como um sujeito perigoso até o momento considerei alguns aspectos relativos a meu comportamento no grupo e questioneei algumas percepções dos membros do NMC sobre o processo de acreditação da condição de *vítima*. Apesar de as acusações expressarem tensões próprias à comunidade estudada, considero que também puseram em evidência certas inquietações sobre meu papel como antropólogo. De meu ponto de vista, tais sinalizações públicas combinaram tensões que ultrapassam minha posição no grupo, com uma preocupação gerada pela natureza de meu papel no mesmo. Para completar o círculo e compreender por que fui acusado por meio da categoria *infiltrado*, creio ser necessário dar um passo a mais e ressituar meu lugar como pesquisador no grupo.

Como parte das novas atitudes adotadas por ocasião do primeiro episódio acusatório, fui percebido por alguns de meus interlocutores de modo dis-

tinto. Contudo, isto não evitou uma segunda acusação. No início da chegada ao campo, eu tinha pretendido ganhar a confiança por meio da permissão que Pablo me havia dado para frequentar as reuniões. Também tinha pretendido me comportar como alguém *de fora* que guardava para si suas opiniões pessoais, que respeitava sua *dor* e que não visava alterar o curso *natural* de suas relações. De todo modo, alguns deles desconfiavam dessa posição. Tal desconfiança devia-se ao fato de que como parte de sua *luta política* contra o governo de Buenos Aires tinham se confrontado em diversas ocasiões com *infiltrados* enviados pelo mesmo. Estes personagens tinham se apresentado como sobreviventes do incêndio. Por ocasião da primeira acusação, considereei que seria mais adequado expor em cada circunstância possível meu caráter de pesquisador universitário. Esta nova atitude tornou possível que me acusassem de compartilhar informação com membros de outros grupos com os quais tinha decidido me exibir publicamente. A segunda acusação expunha o fato de que o problema já não era minha potencial relação com o governo, e sim minha relação com outros grupos de familiares.

Por ocasião da segunda acusação, quatro meses após o início de meu trabalho de campo, eu me perguntava qual era meu lugar no NMC e de que modo seus membros considerariam minha participação nele. Eu era "mais um?" Era alguém "de fora"? Algumas semanas depois comentava com Juan o segundo episódio, e ele me dizia: "Como podem te acusar assim? Se você tem nos acompanhado... Você vai a todas as passeatas, nas reuniões... não vem como um analista." Enquanto ele me via como um amigo que *acompanhava* a luta, nem todos os membros do grupo me localizavam nesse lugar. Tendo em conta que eu havia manifestado publicamente meu apoio à sua "luta", eu não podia deixar de me perguntar por que alguns, como Andrés, não me consideravam do mesmo modo como os psicólogos sociais ou os militantes de partidos políticos que apoiavam a causa.

A princípio, creio que para compreender a diferença estabelecida entre uma e outra perspectiva sobre a minha pessoa, torna-se central chamar a atenção para um importante contraste entre o primeiro e o segundo episódios. Na primeira ocasião, tratava-se de minha segunda visita ao campo, e os familiares do grupo, com exceção de Pablo e Juan, não me conheciam nem sabiam nada sobre o meu trabalho. No segundo caso, por outro lado, quem me acusava havia escutado a apresentação por meio da qual eu havia explicado que era um antropólogo interessado em conhecer como se organizavam os pais das vítimas fatais. No entanto, eu havia sido visto durante meses realizando atividades junto a eles, e tínhamos compartilhado conversas e situações diversas. Andrés sabia que a minha participação no grupo tinha como objetivo produzir conhecimento sobre

seu mundo. Conhecendo minhas intenções de estabelecer relações com esse objetivo e preocupado com o destino da informação à qual eu tinha acesso, ele tinha apontado por meio da acusação minha potencial capacidade de *levar e trazer*, de traficar informação. Ao contrário de Juan, ao não me considerar um *dos que acompanham* ressaltava o fato de que eu estabelecia relações sociais que tinham como fim essa produção de saber: de modo distinto aos militantes e psicólogos sociais, nesse caso, minha condição de antropólogo *registrando tudo* tinha maior peso na avaliação que ele fazia sobre mim. Ele lembrava que eu não estava ali tanto para apoiar a sua casa, e sim para trabalhar pela minha.

A intranquilidade quanto a meu papel no NMC expressava uma preocupação sobre o destino que eu poderia dar à informação à qual tinha acesso e que produzia a partir do trabalho de campo. Para compreender por que fui considerado um sujeito perigoso, deve-se prestar atenção à minha condição de produtor de conhecimento e às ferramentas metodológicas por mim eleitas, ferramentas que implicavam o estabelecimento de relações sociais com os membros desta comunidade com o objetivo de conhecer seu mundo social. Ao serem feitas à pessoa do antropólogo, as acusações recaíam sobre uma relação social que a minha pessoa expressava particularmente: aquela que se dá entre pesquisador e sujeitos do estudo. Como apontei ao longo desse trabalho, a etnografia atribuiu uma importância central ao trabalho de campo na reconstrução das perspectivas locais. Pode-se ver então que o requisito necessário que a etnografia propunha como passo número um para conhecer essas perspectivas era também a pedra de toque sobre a qual aquelas acusações podiam ser erigidas. Minha posição no grupo, inscrita no contexto mais amplo ao qual me referi, tornava possível que eu fosse assinalado como uma "bruxa".

Creio que a relação que o etnógrafo estabelece com os sujeitos com o objetivo de conhecer seu mundo social torna-se problemática pelo fato de que estes se encontrem inscritos em redes de relações prévias à sua chegada, que contam com suas próprias tensões. Na medida em que os dados são produzidos dentro desta rede de relações na qual ele está submerso, *estar ali* permite produzir um tipo de conhecimento intimamente ligado à dinâmica própria ao campo que se estuda. Os usos da metodologia que o investigador atualiza nele mesmo e as técnicas ali empregadas sempre estarão atravessados pela conjuntura do mesmo e pela especificidade das relações sociais em jogo. Por esse motivo, torna-se imprescindível integrar analiticamente situações como as que abordei aqui ao objeto de estudo construído. Se o objetivo é compreender as perspectivas nativas, creio que essas situações podem nos dizer algo acerca desse objeto.

Apesar de a investigação depender de certos fatores que poderiam ser considerados constantes (como a biografia do investigador, as opções teóricas da disciplina em determinado momento ou o contexto histórico-político mais amplo), as situações imprevisíveis que se configuram no dia a dia local da mesma não são menos importantes em sua determinação (Peirano 1995).

Assim como diversos contextos sociais contam com suas próprias tensões internas, o fato de que o antropólogo se interesse por coletar e gerar informação é um importante fator que pode colaborar para gerar inquietações. Recuperando o vínculo conflitivo que estabelecemos com nossos informantes ao tentar produzir conhecimento sobre suas vidas cotidianas, não é estranho que diversos pesquisadores em outros contextos tenham sido acusados de ser espiões. Como tentei demonstrar aqui, tais episódios podem colaborar para configurar certas perguntas vinculadas à perspectiva dos atores sobre temas importantes para eles. Ao mesmo tempo, nós, na condição de pesquisadores, podemos restituir nosso lugar como produtores de conhecimento ao analisarmos as relações que estabelecemos com os informantes.

Comentário final: o antropólogo na rede

Assinalei na introdução que a busca por empatia e por gerar laços de longa duração que permitam estabelecer relações de confiança apresenta-se habitualmente como uma questão central para se conduzir a investigação a um "porto seguro". De todo modo, nesse caso, a desconfiança e a forma concreta que tomaram as acusações se tornaram produtivas e me conduziram a elaborar certas perguntas em determinada direção. Este movimento foi guiado pelas questões significativas para os próprios atores. No clássico "Oráculos e magia entre os Azande" (1976), Evans-Pritchard assinala que, apesar de no princípio de sua pesquisa não ter um interesse particular pela bruxaria, os Azande o tinham e por essa razão deixou-se guiar por eles.

Tanto no primeiro episódio quanto no segundo, a relação entre pesquisador e nativos foi reconhecida como problemática. A preocupação expressou-se por meio de certas categorias locais cujo sentido derivava de um contexto mais amplo que o das relações estabelecidas entre mim e esses pais. Desta maneira, nessas sinalizações públicas combinaram-se conflitos que ultrapassavam minha posição no grupo com outras inquietações geradas pela própria natureza do meu papel de pesquisador no interior do mesmo. Neste trabalho, optei por contemplar ambas as questões. Em primeiro lugar, tentei demonstrar que as ideias sobre *falsos sobreviventes* e *infiltrados* têm suas raízes nas relações estabelecidas entre familiares e agências do Estado,

relações mediadas pelo processo burocrático de acreditação da condição de vítima. De um modo complementar, tentei ressituar meu lugar como antropólogo no campo. As tensões expressas em torno do meu papel como produtor de conhecimento — refiro-me à incerteza sobre como classificar a minha pessoa e a minha participação no NMC — obrigaram-me a fazê-lo. Em sintonia com a proposta de Strathern, que assinala a necessidade de fundir a perspectiva social-processual e a cognitivo-intelectualista no estudo das acusações de bruxaria (2008), tentei enfatizar que os modos de ação dos familiares e as representações sobre seu próprio universo apresentaram-se indissolúvelmente ligados nas situações analisadas.

Concordo com aqueles que afirmam que da perspectiva das correntes realistas e naturalistas o lugar do pesquisador não é problematizado (Frederic 1998; Hammersley 1984). De todo modo, uma análise centrada no papel do antropólogo no campo que evitasse problematizar as categorias com as quais os atores pensam e constroem seus mundos cotidianos revelar-se-ia incompleta para compreender os sentidos dos episódios que descrevi. De maneira oposta, um exame focado no estudo destes sentidos nativos que não abordasse o lugar específico do antropólogo em um universo ao qual chegou sem que o tivessem chamado tampouco teria sido suficiente. Isto se deve ao fato de que a opção pelo trabalho de campo etnográfico implica inserir-se na rede local de relações sociais, nelas permanecer aprisionado e, se a situação assim pedir, ter de acomodar-se às novas circunstâncias. Ao fazê-lo, o antropólogo não pode evitar ser atravessado pelas mesmas categorias e relações concernentes aos membros do grupo social que decidiu estudar. Assim, apesar de ser verdade que os nativos têm sentidos próprios para "seu mundo", também se deve ter em conta que, por meio do trabalho de campo, os antropólogos passam a formar parte do mesmo e que, em decorrência disto, suas ações são avaliadas. Como expressão disto, está sempre latente um dos maiores temores de qualquer etnógrafo: ter de deixar a rede e ver-se obrigado a abandonar o campo. O medo de ser rechaçado ou expulso assinala o estreito vínculo entre a construção de relações sociais e a produção de conhecimento tal como proposto pela etnografia.

Como assinalei na introdução, para o caso das acusações de espionagem, a relação entre produção de saber e construção de relações por meio do trabalho de campo foi abordada em última análise como uma questão relativa à ética de nosso trabalho. Ainda que aqui eu tenha optado por outro caminho ao abordá-la, retomo a mesma questão que se colocavam os colegas preocupados com o trabalho dos antropólogos em contextos bélicos, diante da suposição de que o conhecimento antropológico possa chegar a ser utilizado contra as mesmas pessoas entre as quais foi produzido. Que

diferença haveria entre nosso trabalho e o de um espião infiltrado em um grupo? Suspeito que, diante das dúvidas sobre meu potencial perigo, esta também fosse a pergunta que se faziam os que me acusaram. Tal como se pode ver, em um contexto muito diferente, estes nativos estavam se perguntando a mesma coisa que os antropólogos.

Por meio de sua constituição como um campo de conhecimento socialmente legitimado, a antropologia foi apresentada como uma disciplina capaz de resolver problemas "práticos". Assim, em determinados contextos bélicos nos quais se ressaltou a importância do conhecimento cultural das nações invadidas para a eficácia da ação militar, ela foi considerada uma disciplina especialmente relevante. Contudo, uma série de discussões relativas à ética e aos limites de nosso trabalho surgiu, inerente ao fato de que a utilização desse conhecimento cultural pudesse colaborar para causar danos às populações estudadas (cf. Whiteford & Trotter 2008). Tais discussões expressavam uma inquietação quanto ao destino "prático" do conhecimento "acadêmico". Esta questão estava claramente expressa na conclusão do informe da AAA sobre a aplicação do "Human Terrain System", na qual se assinalava que "o projeto HTS implica uma aplicação inaceitável da *expertise* antropológica". Esta mesma preocupação vê-se atualizada quando os sujeitos com os quais trabalhamos nos acusam, por exemplo, de sermos *infiltrados* em suas comunidades locais. No caso analisado aqui, as acusações à minha pessoa apresentaram-se como uma forma de atribuir responsabilidades (Gluckman 1972) pelo potencial dano que o grupo poderia ter sofrido a partir de minha atividade no mesmo. Tanto no caso dos acadêmicos preocupados com o bem-estar dos nativos quanto no caso dos nativos preocupados com o comportamento dos acadêmicos que os estudam pode-se reconhecer uma inquietação com o impacto do trabalho do antropólogo em relação às comunidades nas quais trabalha. Considero que o fundamento comum às preocupações de uns e outros deve ser buscado no modo como se produz conhecimento a partir do trabalho de campo etnográfico. A necessidade de estabelecer vínculos pessoais com os atores com o objetivo de produzir conhecimento antropológico torna possível compreender as inquietações acerca do destino dos saberes gerados *in situ*. Pode-se ver então que, a partir da opção pelo trabalho de campo, questões como o estudo das perspectivas nativas, o papel do antropólogo nas comunidades locais e a ética de nosso trabalho encontram-se estreitamente relacionadas.

Os recursos com os quais contamos para estabelecer o vínculo entre o investigador e os sujeitos de estudo — técnicas, métodos etc. — "são para uma antropologia reflexiva, mais do que uma mera ferramenta para conhecer os sujeitos, o lugar mesmo onde se produz conhecimento" (Guber 1995:31).

Apesar de o pesquisador conhecer suas próprias intenções e empregar certa instrumentalidade nas relações que estabelece no campo, o caminho que tais relações tomarão nunca se pode conhecer de antemão. Ao supor que temos certo controle sobre elas e ao nos preocuparmos em gerar empatia e confiança, surpreendemo-nos e angustiamo-nos diante de situações inesperadas que não coincidem com nossas expectativas, daí as considerarmos "incidentes" ou "episódios". Tal qualificação tenta dar conta do extraordinário de fatos que não coincidem com nossas expectativas de pesquisa. Como assinala Bourgois, a "necessidade de tecer laços de simpatia com as pessoas que se estuda [...] conduz os investigadores a serem negligentes com as dinâmicas negativas" (1995:10). Atendendo a essa advertência nesse trabalho, tentei demonstrar que a produção de conhecimento é possível não somente a partir da construção instrumental de relações sociais no campo, mas também a partir de sua destruição, da dificuldade e dos obstáculos encontrados para estabelecê-las.

Recebido em 10 de agosto de 2009

Aprovado em 24 de fevereiro de 2010

Tradução de Roberta Ceva

Diego Zenobi é professor auxiliar da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e bolsista de doutorado do CONICET. E-mail: <diegozenobi@yahoo.com , diego.zenobi@gmail.com>.

Notas

¹ Minerva é um projeto que reúne algumas universidades norte-americanas que recebem recursos para certas áreas de pesquisa, tais como estudos sobre tecnologia militar chinesa e aspectos culturais e religiosos do Iraque e do Oriente Médio. O objetivo é produzir conhecimentos voltados para auxiliar a tomada de decisões por parte do governo norte-americano (<http://www.insidehighered.com/news/2008/04/16/minerva>).

² Uma descrição completa do programa pode ser encontrada em <http://human-terrainssystem.army.mil/default.htm>

³ A declaração sobre o HTS pode ser encontrada em <http://www.aaanet.org/about/Policies/statements/HumanTerrain-System-Statement.cfm>. Além da AAA, a

rede "Network of concerned anthropologists", preocupada com a promoção de uma "antropologia ética", também se manifestou contra essa participação (<http://concerned.anthropologists.googlepages.com>).

⁴ Grifo em itálico as expressões utilizadas pelos atores.

⁵ A preocupação com a circulação de informação não é exclusiva dos membros do NMC que me acusaram. Crivelli (2007) assinala que, enquanto realizava trabalho de campo em um grupo de sobreviventes do incêndio, eles o proibiram de compartilhar com membros de outros grupos de *vítimas* a informação à qual tinha acesso, bem como de assistir a certas reuniões. No entanto, em seu trabalho, o fato de que os nativos suspeitassem que ele fosse um *espião* (op. cit. 152) somente é considerado como um obstáculo para o trabalho de campo, não sendo analiticamente integrado a ele.

⁶ No caso da antropologia argentina, a consideração do antropólogo como espião oficial a serviço do Estado foi analisada por Guber (1995). A autora ressalta que, no contexto de seu trabalho de campo com ex-combatentes da denominada "Guerra das Malvinas" – conflito bélico entre a Argentina e o Reino Unido, que teve início em 1982 – foi acusada por alguns deles de ser "gente da Inteligência". Neste caso, "Inteligência" refere-se à "Secretaria de Inteligência do Estado", agência estatal na qual desempenham suas tarefas os "espiões" oficiais. A partir de tal acusação, a autora reflete sobre os significados que a antropóloga e os atores compartilham sobre o Estado argentino, a história e a política local.

⁷ Para uma crítica desses enfoques, ver Favret-Saada 1989. Segundo a autora, não se pode afirmar que em todos os contextos sociais as acusações se referem necessariamente às relações sociais consideradas mais problemáticas. Baseando-se em seu trabalho com agricultores franceses, afirma que, apesar de nessas unidades produtivas a tensão fundamental encontrar-se no grupo sucessório, os acusados de serem bruxos costumam ser os vizinhos. O que deve ser ressaltado, segundo sua perspectiva, é o fato de que a "cura", iniciada a partir da acusação, reajusta os papéis familiares, funcionando deste modo como um tipo de "terapia" familiar. Por outro lado, alguns autores (cf. Rutherford 1999) assinalaram que as análises clássicas sobre o tema são limitadas por perguntas de ordem funcionalista que também estariam expressas nas "novas análises" (new analytic) que abordam o tema, como as de Comaroff & Comaroff (1997) e Geschiere (1997).

⁸ Esse programa foi criado mediante o decreto 67/05 do Poder Executivo do Estado municipal (GCBA) e foi coordenado pela Subsecretaria de Direitos Humanos do GCBA.

⁹ Esse subsídio foi estabelecido pelo decreto 692/05, alguns meses após a criação do programa.

¹⁰ Resolução n. 54 do Poder Legislativo da cidade de Buenos Aires que regula o Decreto 692/05.

¹¹ Por questões confidenciais, evitarei citar os números correspondentes às resoluções da causa penal, ditadas pelo Juizado de Instrução n. 1.

¹² Ao longo de meu trabalho de campo, registrei pelo menos cinco casos de pessoas acusadas publicamente de serem falsos sobreviventes. Seguindo o modelo de Douglas (1970), tendo em conta os sujeitos envolvidos em cada caso, podem ser distinguidos tipos diferentes de acusação. De um lado, estão as situações nas quais "a bruxa" – o *infiltrado* – vem de fora, tal como no caso das acusações das quais fui vítima. De outro, estão as situações que ocorrem entre membros de grupos diferentes, mas pertencentes a uma mesma comunidade. Nesse último caso, "a bruxa" seria um membro da *família Cromañon*. Em suas análises clássicas, tanto Marwick (1965) quanto Rivière (1970) notaram esta distinção ao abordarem a relação entre facções e bruxaria.

¹³ Em outros contextos, a figura do sobrevivente também parece denotar sentidos de ambivalência e perigo. Esta questão foi tratada por Longoni (2007) no caso dos sobreviventes da ditadura militar argentina.

¹⁴ Apesar de me interessar enfatizar aqui a perspectiva dos familiares sobre o ocorrido, meu entendimento das relações filiais como estatais pretende problematizar este aspecto (cf. Zenobi 2010b).

¹⁵ A importância de se compreender que o conhecimento produzido etnograficamente é parte de uma interação e não uma mera extração de informação também tem consequências para a construção da autoridade etnográfica. Ela não advém simplesmente do "estar ali" (Geertz 1989), tal como uma testemunha de fatos distantes da pessoa do etnógrafo, nem de um mero artifício retórico, tal como propõe a crítica textualista (Clifford & Marcus 1988). Tal autoridade, por sua vez, deve ser referida à participação do pesquisador no contexto em que ações e interações têm lugar e ganham sentido (Hastrup & Hervik 1994) e a seu lugar, papel e posição no mesmo.

Referências bibliográficas

- BENEDICT, Ruth. 1989. *The chrysanthemum and the sword: patterns of japanese culture*. New York & Boston: Houghton Mifflin.
- BERREMAN, Gerald. 1968. "Is anthropology alive? Social responsibility in social anthropology". *Current Anthropology*, 9(5):391-396.
- BOURGOIS, Phillipe. 1995. *En quête de respect. Le crack a New York*. Paris: Seuil.
- CLIFFORD, James & MARCUS, George (eds.). 1988. *Writing culture. The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.

- COMAROFF Jean & COMAROFF John. 1997. "Introduction". In: *Modernity and its malcontents: ritual and power in postcolonial Africa*. Chicago: The University of Chicago Press. pp. xi-xxxvii.
- CRIVELLI, Naldi. 2007. Juventud en riesgo. Un estudio sobre la comunicación de las víctimas del caso Cromañón. Tesis de Licenciatura, Facultad de Ciencias Sociales, UBA.
- DOUGLAS, Mary. 1970. "Introduction". In: *Witchcraft, confessions and accusations*. London: Tavistock Publications Limited. pp. xiii-xxxviii.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. 1976. *Brujería, magia y oráculos entre los Azande*. Madrid: Anagrama.
- FASSIN, Didier & D'HALLUIN, Estelle. 2005. "The truth from the body: medical certificates as ultimate evidence for asylum seekers". *American Anthropologist*, 107(4):597-608.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 1989. "Unbewitching as therapy". *American Ethnologist*, 16(1):40-56.
- FM 3-24. 2007. *The U.S. Army — Marine corps counterinsurgency field manual*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FREDERIC, Sabina. 1998. "Rehaciendo el campo. El lugar del etnógrafo entre el naturalismo y la reflexividad". *Publicar en Antropología y Ciencias Sociales*, Año VI, VII:85-107.
- GALTUNG, Johan. 1968. "Después del proyecto Camelot". *Revista Mexicana de Sociología*, 30(1):115-141.
- GEERTZ, Clifford. 1989. "Estar allí. La antropología y la escena de la escritura". In: *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós. pp. 11-34.
- GESCHIERE, Paul. 1997. *The modernity of witchcraft: Politics and the occult in postcolonial Africa*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- GLEDHILL, John. 2008. "Anthropologists as spies". Disponible em: <http://john-postill.wordpress.com/2008/11/29/anthropology-and-espionage-2/>.
- GLUCKMAN, Max. 1978. "Trastornos místicos y ajuste ritual". In: *Política, derecho y ritual en la sociedad tribal*. Madrid: Akal. pp. 257-315.
- _____. 1973. "The logic in witchcraft". In: *Custom and conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell. pp. 81-108.
- _____. 1972. *The allocation of responsibility*. Manchester: Manchester University Press.
- GOLDMAN, Marcio & NEIBURG, Federico. 1998. "Anthropology and politics in studies of national character". *Cultural Anthropology*, 13(1):56-81.
- GONZALES, Roberto. 2009. *American counterinsurgency. Human science and the human Terrain*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 2007. "Towards mercenary anthropology? The new US Army counterinsurgency manual FM 3-24 and the military-anthropology complex". *Anthropology Today*, 23(3):14-19.
- _____. 2004. *Anthropologists in the public sphere: speaking out on war, peace, and American power*. Texas: University of Texas Press.
- GOUGH, Kathleen. 1973. "World revolution and the science of man". In: T. Weaver (org.), *To see ourselves: anthropology and modern social issues*. Glenview IL: Scotts Formeman. pp. 156-165.
- GUBER, Rosana. 2001. *La etnografía. Método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Editorial Norma.
- _____. 1995. "Antropólogos nativos en la Argentina: análisis reflexivo de un incidente de Campo". *Publicar en Antropología y Ciencias Sociales*, 5:25-46.
- HAMMERSLEY, Martin. 1984. "Reflexividad y naturalismo en etnografía". *Dialogando*, 2:23-41.
- HASTRUP, Kirsten & HERVIK Peter. 1994. *Social experience and anthropological knowledge*. London & New York: Routledge.

- HERMITTE, Esther. 2004. *Poder sobrenatural y control social: en un pueblo maya contemporáneo*. Buenos Aires: Antropofagia.
- HOROWITZ, Irving Louis (ed.). 1967. *The rise and fall of project Camelot: studies in the relationship between social science and practical politics*. Cambridge: The MIT Press.
- LLOYD-PETERS, Frank. 1972. "The control of moral ambiguities". In: M. Gluckman (org.), *The allocation of responsibility*. Manchester: Manchester University Press. pp. 109-161.
- LONGONI, Ana. 2007. *Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión*. Buenos Aires: Editorial Norma.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1975. *Los argonautas del Pacífico Occidental*. Barcelona: Península.
- MARWICK, Max. 1965. *Sorcery in its social settings: a study of the northern rhodesian cewa*. Manchester: Manchester University Press.
- McFARLANE, Alan. 1970. "Witchcraft in Tudor and Stuart Essex". In: M. Douglas (org), *Witchcraft, confessions and accusations*. London: Tavistock Publications Limited. pp. 81-98.
- MEAD, Margaret. 1983. *Cartas de una antropóloga*. Barcelona: Bruguera-Emecé.
- NADER, Laura. 1988. "Up the anthropologist: perspectives gained from studying up". In: Johnetta Cole (ed.), *Anthropology in the nineties*. New York: The Free Press. pp. 244-283.
- PEIRANO, Marisa. 2002. "This horrible time of papers: documentos e valores nacionais". *Série Antropologia*, 312:1-63.
- _____. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PITT-RIVERS, Julian. 1973. "El análisis del contexto y el 'locus' del modelo". In: *Tres ensayos de Antropología estructural*. Barcelona: Anagrama. pp. 13-47.
- PRICE, David. 2008. *Anthropological intelligence: the deployment and neglect of American anthropology in the Second World War*. Durham: Duke University Press.
- _____. 2007. "Prostitución de la antropología al servicio de las guerras del Imperio". Disponible em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=58547>.
- _____. 2003. "Subtle jeans and enticing carrots. The impact of funding on American Cold War anthropology". *Critique of Anthropology*, 23(4):373-401.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. 1974. "Sobre las relaciones burlescas". In: *Estructura y función en la sociedad primitiva*. México: Península. pp. 107-123.
- RIVIÈRE, Peter. 1970. "Factions and exclusions in two south american village systems". In: M. Douglas (org.), *Witchcraft, confessions and accusations*. London: Tavistock Publications Limited. pp. 245-256.
- RUTHERFORD, Blair. 1999. "To find an African witch". *Critique of Anthropology*, 19(1):89-108.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. 1977. *La muerte sin llanto. Violencia y vida cotidiana en Brasil*. Barcelona: Ariel.
- STOCKING, George W. Jr. 1976. "Ideas and institutions in american anthropology: thoughts toward a history of the interwar period". In: G. W. Stocking Jr. (org.), *Selected papers from the American anthropologist*, vol. 2. Washington: AAA. pp. 9-37.
- STRATHERN, Andrew. 2008. *Brujería, rumores, habladurías y hechicerías*. Madrid: Akal Universitaria.
- TURNER, Victor. 1996. *Schism and continuity in an african society: a study of ndembu village life*. New York: Berg Publishers.
- WAX, Dustin. 2008. "Organizing anthropology: sol tax and the professionalization of anthropology". In: D. M.

- Wax (ed.), *Anthropology at the dawn of the Cold War*. London: Pluto Press. pp. 146-169.
- WAX, Rosalie. 1971. *Doing fieldwork. Warnings and advice*. Chicago: The University of Chicago Press.
- WHITEFORD, Linda M. & TROTTER II, Robert T. 2008. *Ethics for anthropological research and practice*. Long Grove: Waveland Press.
- WOLF, Eric & JORGENSEN, Joseph. 1970. "Anthropology on the warpath in Thailand". *The New York Review of Books*, 15(9):26-35.
- ZENOBI, Diego. 2010a. "Los familiares de víctimas de Cromañón, en la encrucijada del 'dolor'. Emociones, relaciones sociales y contextos locales". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 9(26):581-627.
- _____. 2010b. "Documentos, certificados y sospechas. Familiares y sobrevivientes de la 'masacre' de Cromañón ante las agencias estatales". In: S. Visacovsky (org.), *Estados críticos. Estudios sobre la experiencia social de la calamidad*. Buenos Aires: Antropofagia (no prelo).

Resumo

Nos últimos anos, parte da academia norte-americana mobilizou-se em torno de um grande debate sobre "antropologia e espionagem". As acusações feitas sobre alguns colegas eram motivadas pela preocupação com o uso que poderia ser feito do conhecimento gerado no trabalho de campo. Elas expressavam que os antropólogos podem ser considerados sujeitos perigosos para as populações estudadas. Respondendo às mesmas inquietações, em algumas ocasiões, nós, os antropólogos, também somos objeto de acusações feitas pelos "nossos" nativos. Neste artigo, proponho-me a analisar dois episódios ocorridos durante o trabalho de campo que realizei junto a uma turma de parentes de vítimas de um incêndio na cidade de Buenos Aires. Enquanto desenvolvia meu trabalho, enfatizou-se publicamente e em duas oportunidades a possibilidade de que eu fosse um "infiltrado" que estivesse espionando as ações e debates em que eram protagonistas. Com o objetivo de reconstruir as perspectivas das pessoas que me acusaram, proponho transformar esses acontecimentos, de aparência anedótica e pessoal, em perguntas de pesquisa. Inspirado em algumas ideias surgidas no campo de estudos sobre acusações de bruxaria, proporei uma análise voltada para iluminar a dinâmica do campo no qual as acusações foram produzidas. Do mesmo modo, tentarei ressituar meu papel como produtor de conhecimento.

Palavras-chave Antropologia e Espionagem, Trabalho de campo, "Infiltrado", Acusações de bruxaria, Categorias nativas.

Abstract

In recent years, some American scholars have become embroiled in an extensive debate on 'anthropology and espionage.' The accusations levelled at some colleagues have been prompted by concerns over the potential use of knowledge generated during fieldwork. These accusations have shown that anthropologists can be regarded as 'dangerous' to the populations under study. Echoing the same kinds of concern, sometimes anthropologists are accused by 'their' natives themselves. In this article I discuss two episodes that occurred during my own fieldwork among a group of relatives of victims of a fire in Buenos Aires. On two different occasions during my fieldwork I was publicly accused of being an *infiltrado*, or inside agent, sent to spy on their actions and conversations. My aim here is to transform these apparently personal and anecdotal episodes into research questions capable of providing an insight into the perspectives of those accusing me. Inspired by other anthropological studies of witchcraft accusations, I look to analyze the dynamics of the social field in which the accusations were produced, simultaneously resituating my own role as a producer of knowledge.

Key words Anthropology and Espionage, Fieldwork, Inside Agent, Witchcraft Accusations, Native Categories.